



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Fundamentos do Serviço Social: Formação Profissional do/a Assistente Social

**“Patriarcado-racismo-capitalismo” e Serviço Social:  
contribuições de Heleieth Saffioti para pensar a  
particularidade da “questão social” no Brasil**

Mariana Leite Péres<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho objetiva apontar elementos da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na particularidade da formação sócio-histórica brasileira, aliado ao debate dos fundamentos da “questão social”. De início, resgata-se o acúmulo do Serviço Social em relação à “questão social”. Em seguida, elenca contribuições de Heleieth Saffioti para pensar a particularidade da “questão social” no Brasil. Por fim, considera necessário o exercício, por meio do fortalecimento da agenda coletiva de pesquisa da categoria profissional, de compreender a relação entre patriarcado, racismo e capitalismo, como componentes que - não expressam, mas - constituem a “questão social” na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Patriarcado; Racismo; Capitalismo; “Questão Social”; Serviço Social.

**Abstract:** The present work aims to point out elements of the relationship between patriarchy, racism and capitalism in the particularity of Brazilian socio-historical formation, combined with the debate on the foundations of the “social issue”. Initially, the accumulation of Social Work in relation to the “social issue” is highlighted. It then lists Heleieth Saffioti's contributions to thinking about the particularity of the “social issue” in Brazil. Finally, it considers it necessary to exercise, through strengthening the collective research agenda of the professional category, to understand the relationship between patriarchy, racism and capitalism, as components that - do not express, but - constitute the “social issue” in Brazilian society .

**Keywords:** Patriarchy; Racism; Capitalism; “Social Issue”; Social Work.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, marianalperes@hotmail.com.



## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma síntese de reflexões acerca da análise do estatuto teórico e histórico da “questão social”, como base material do trabalho de assistentes sociais, aliado ao respectivo debate na literatura do Serviço Social brasileiro. Portanto, visa contribuir no âmbito da formação profissional acerca da compreensão dos fundamentos da “questão social” e sua particularidade no Brasil. O objetivo é, nesse sentido, apontar a relação entre 1. o patriarcado, o racismo e o capitalismo na particularidade da formação sócio-histórica brasileira com 2. a formação da “questão social”, objeto de intervenção profissional do Serviço Social. Para isso, parte-se de um breve resgate do acúmulo da categoria profissional em relação à *“Questão Social” e ao Serviço Social: uma relação incontornável* (ABEPSS, 2021; Iamamoto, 2001 e 2015; Iamamoto; Carvalho, 2014; Ianni, 1989; Marx, 2017; Netto, 2001 e 2009).

Considerada esta interpretação histórico-metodológica crítica e o debate contemporâneo da categoria profissional (ABEPSS, 2021; Cisne; Soares, 2022; Costa; Rafael, 2021; Elpídio; Valdo, 2022; Ferreira; Fagundes, 2021; Gonçalves, 2018; Souza, 2021 e 2022) aponta, em seguida, como notas introdutórias, sobre *“Patriarcado-racismo-capitalismo” e Serviço Social: contribuições de Heleieth Saffioti para pensar a particularidade da “questão social” no Brasil* (SAFFIOTI, 1987; MOTTA, 2022 ; GONÇALVES, 2011; LOVATO, 2011). Por fim, considera necessário o exercício dialético, por meio do fortalecimento da agenda coletiva de pesquisa da categoria profissional - já em curso, como pode ser visto na referência bibliográfica -, de compreender a relação entre patriarcado, racismo e capitalismo, como componentes que - não expressam, mas - constituem a “questão social” na sociedade brasileira.

## 2. “QUESTÃO SOCIAL” E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO INCONTORNÁVEL<sup>2</sup>

No campo temático dos Fundamentos do Serviço Social, a compreensão de um elemento específico se torna primordial em detrimento dos demais, este é o ponto de partida, a razão de ser, o fundamento histórico da profissão, que caracteriza “(...) a participação do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, na perspectiva do capital e do trabalho” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 78). Trata-se da assimilação dos fundamentos da “questão social”, questão esta “incontornável”, se pretende-se não só perceber sua relação orgânica com o Serviço Social, mas, similarmente, apreender as relações sociais as quais o conjunto dos sujeitos, para além da categoria profissional, se situam no cenário

---

<sup>2</sup>Referência à introdução de NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: *Revista Temporalis*, n. 3, p. 41 a 49. Brasília: ABEPSS, 2001.



histórico vigente.

O presente trabalho possui como um dos objetivos analisar o estatuto teórico e histórico da “questão social”, com o enfoque acerca da compreensão da “questão social” em si. Assim, defende que esta compreensão preliminar é a que permite avançar na “relação incontornável” com o Serviço Social, alinhada às produções da categoria profissional que explicitam tal debate, especialmente em lamamoto (2001, 2014 e 2015), a fim de se fortalecer a formação e atuação profissional em uma perspectiva crítica alinhada ao Projeto Ético-Político. Noutros termos, parte-se do entendimento que a “questão social” se explica sem o Serviço Social, porém o segundo não se explica sem a primeira. Se para Marx (2008, p. 47), “as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela evolução geral do espírito humano”, na perspectiva deste trabalho, o Serviço Social não se explica por si mesmo, nem pela evolução geral e simplista da carestia, pois “essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades” na sociedade “patriarcal-racista-capitalista” consolidada.

Assim, é a partir deste propósito que a questão social assume prioridade ontológica no projeto de formação profissional do Serviço Social, visto que ela carrega consigo a chave histórica e, ao mesmo tempo, heurística para entendermos as lógicas política e econômica que gestaram em finais do século XIX no mundo e no início do século XX no Brasil, as condições sócio-históricas para o surgimento de uma profissão particular como a nossa. Portanto, sem a explosão da questão social e dos processos políticos e sociais a ela vinculados no qual se destaca a refuncionalização do Estado, nos termos de Netto (1996), não haveria condições objetivas e subjetivas para que as políticas sociais se constituíssem e com elas, a necessidade de um determinado profissional. Foi [e ainda é] a existência das expressões da questão social que justificaram [e justificam] e legitimaram [e legitimam], não somente o significado social da profissão, mas também seu lugar e particularidades na divisão social e técnica do trabalho. (ABEPSS, 2021, p. 248)

A “questão social” é, nesse sentido, um dos fundamentos do Serviço Social. O acúmulo teórico-metodológico da categoria profissional após a sua reconceituação no Brasil com os avanços referentes à vertente da intenção de ruptura (Netto, 2015) enfatiza, contudo, que a compreensão da “questão social” é central para a compreensão do Serviço Social brasileiro (ABEPSS, 2021). Centralidade que se expressa, no âmbito da formação profissional, na lógica curricular dos núcleos de fundamentação conformados a partir das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), que “são legatárias, expressa o perfil profissional que se pretende formar para o desenvolvimento de ações e de respostas técnico-profissionais compatíveis com os princípios e interesses de classe que nosso projeto ético-político pressupõe” (ABEPSS, 2021, p. 247).

Isto posto, cabe, neste momento, resgatar brevemente a concepção do Serviço Social brasileiro acerca da “questão social”. Grande esforço da profissão no Brasil, em seu movimento de reconceituação, direcionou-se a responder o questionamento de “como pensar a questão social nessa sociedade? Qual a sua gênese?” (lamamoto, 2001, p. 14). Diante dos resultados de debates e pesquisas coletivas, consensuou-se que se “parte da análise do significado da ‘questão social’ no âmbito mesmo da acumulação capitalista”



(Iamamoto, 2001, p. 11).

O esforço de compreender a “questão social” no Brasil, neste período, não referiu-se apenas a uma profissão específica das Ciências Sociais Aplicadas. A partir de um olhar mais amplo é possível perceber que as Ciências Sociais e Humanas também se debruçaram sobre o entendimento de tal elemento. Ianni (1989, p. 145) quando disserta sobre *a questão social* afirma que esta “tem sido objeto de interpretações divergentes” o que mostra como ela própria “está na base dos movimentos da sociedade”. Sobre tais interpretações Netto (2001, p. 44) comenta que a partir de 1850 a expressão “questão social” caminha em direção ao pensamento conservador a fim de se naturalizarem as manifestações imediatas desta, como se fossem, “características inelimináveis de toda e qualquer ordem social. (...) De fato, no âmbito do pensamento conservador - a ‘questão social’, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora”. No entanto, o contexto pós-1848 propiciou às vanguardas da classe trabalhadora a passagem da consciência de classe em si para classe para si e é a partir disso que “o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão ‘questão social’, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando esse traço mistificador” (Netto, 2001, p. 45). Retornando a Ianni (1989, p. 147), o sociólogo ainda aponta que “a sociedade brasileira se caracteriza pela maior discrepância existente no mundo entre seus indicadores econômicos e seus indicadores sociais” e que “(...) há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”. Nesse sentido, para o autor, “o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural”, ainda que este se apresente por “diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais” (Ianni, 1989, p. 147).

Por ambos se apropriarem da teoria social de Marx em suas análises, similares contribuições no âmbito do Serviço Social brasileiro foram desenvolvidas por Iamamoto (2001). Para a autora, a “questão social” “é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe” (Iamamoto, 2001, p. 10). Sobre o que Ianni (1989) aponta acerca do significado estrutural da “questão social”, Iamamoto (2001, p. 10) reafirma o caráter constitutivo desta nas “relações sociais capitalistas” e aprofunda o fato de que:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001, p. 16)



Em outras palavras, a “questão social” se gesta e (re)produz na arena do conflito de classes sociais específicas, as classes contextualizadas nas relações sociais do modo de produção capitalista, a partir da dominação do conjunto de sujeitos que tem a sua força de trabalho explorada em troca do assalariamento, para que o trabalho coletivo seja apropriado de forma privada pela classe dominante que explora por deter os meios de produção, a partir dos processos de expropriação da *assim chamada acumulação primitiva* (Marx, 2017). Dessa forma, “a estrutura da produção cria a superestrutura em qualquer modo de produção. Nisso, expressa-se o fato de não existir exploração sem dominação, ou seja, sem a criação de relações de poder” (Souza, 2022, p. 36). A separação da propriedade dos meios de produção da classe que produz é o fundamento que dinamiza a riqueza privada da classe que se apropria destes, de modo que, “capital e trabalho assalariado se criam mutuamente no mesmo processo. Assim é que o processo de produção capitalista é um processo de relações sociais entre classes” (Iamamoto, 2014, p. 59).

Seguindo a perspectiva crítico-dialética, Netto (2001, p. 42) ao apontar *cinco notas a propósito da “questão social”* enfatiza que é na dinâmica capitalista que se têm “pela primeira vez na história registrada, [o fato de que] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Iamamoto (2001) e Netto (2001), convergem, assim, na assertiva de que é a compreensão marxiana da “lei geral da acumulação capitalista” que permite analisar a “questão social”. A primeira autora afirma que “em síntese, o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital, expressando a lei geral da acumulação capitalista”, assim, gera-se “uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (Iamamoto, 2001, p. 15-6). O segundo autor reforça que “a análise marxiana da ‘lei geral da acumulação capitalista’ (...) revela a anatomia da ‘questão social’, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios”, ainda, “o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’”, reforçando que “a ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se o segundo” (Netto, 2001, p. 45).

Nas palavras de Marx, acerca da *lei geral de acumulação capitalista*, “(...) a acumulação da riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (Marx, 2017, p. 721). Nesse sentido, destaca-se que a “questão social” se refere fundamentalmente ao aspecto econômico de exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista, mas, ao mesmo tempo, ao aspecto político de conflito entre capital e trabalho no âmbito da luta de classes. Assim, é fundamental entender a “questão social” como Iamamoto (2001 e 2015) no sentido de que esta é “condição inerente do modo de ser do sistema capitalista, ou seja, não existe



capitalismo sem questão social”, ampliando a análise e englobando, “a dimensão política e histórica como componentes indissociáveis na definição da questão social, entendendo-a não só como desigualdade, mas também como rebeldia” (Costa; Rafael, 2021, p. 79).

Compartilhado o referencial teórico-metodológico que guia as análises contemporâneas acerca da “questão social” e do Serviço Social brasileiro, cabe, neste momento, pois, avançar no objetivo de, reconhecendo a racionalidade e historicidade da teoria social marxista, em que “o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais-histórico-econômicas de produção específicas” (Iamamoto, 2001, p. 11), considerar seu método materialista histórico dialético a fim de se realizar as mediações das relações sociais na particularidade brasileira.

### **3. “PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO” E SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DE HELEIETH SAFFIOTI PARA PENSAR A PARTICULARIDADE DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL**

Para além do Serviço Social brasileiro, como colocado anteriormente, as Ciências Sociais e Humanas também se debruçaram sobre o exercício de compreender a dinâmica das relações sociais existentes. Nesse sentido, o presente trabalho resgata as contribuições da socióloga Saffioti (1987) acerca da relação simbiótica do “patriarcado-racismo-capitalismo” no Brasil a fim de se colaborar no entendimento das determinações da “questão social” na particularidade deste território, especialmente, na “(...) tendência estrutural do capitalismo à desigualdade de raça e de gênero” (Gonçalves, 2011, p. 127). Saffioti (1934-2010) contribuiu de forma ativa e intensa no âmbito da pesquisa científica e da luta feminista de modo que

Sua análise sobre as mulheres, a partir das noções de totalidade e singularidade, avançou o debate epistemológico, colocando gênero (ao lado de classe e raça) como um dos estruturadores da sociedade. Dessa forma, a autora chega a uma ideia importante, ainda pouco explorada, sobre a imbricação de gênero, raça/etnia e classe, que formam um nó frouxo. (Motta, 2022, s. p.)

Um dos principais legados de seu trabalho trata-se das contribuições no que tange ao enovelamento das relações patriarcais de gênero, raça/etnia e classe. Para a socióloga, a simbiose do “patriarcado-racismo-capitalismo” diz respeito ao “cuidado para não privilegiar nenhum dos três momentos da tríade como essencialmente predominante, ou seja, do raciocínio da priorização de um dos sistemas de dominação-exploração”, pois segundo sua obra, “a fusão que, de fato, ocorre entre elas acaba sendo tão profunda (...) [que nenhum deles pode operar autonomamente” (Lovatto, 2011, p. 116). Além disso, quando comenta acerca dos processos de “dominação-exploração” a autora “chega à formulação de que exploração e dominação são duas faces do mesmo processo e que não existe, de um lado, a exploração capitalista e, de outro, a dominação patriarcal [e/ou racista], afinal uma se



alimenta da outra” (Motta, 2022, s. p.). Contudo, “ainda que dê indícios para a análise articulada de gênero [raça] e classe, (...) ela ainda trabalha com a questão da classe, partindo da análise do modo de produção capitalista como o primordial” (Motta, 2022, s. p.). Assim, o que se torna presente em todos os seus estudos é “a análise da imbricação entre as determinações de classe, de gênero e de raça/etnia” em que “não se trata, contudo, de conceber três diferentes ordenamentos das relações sociais correndo paralelamente. Ao contrário, estas três contradições entrelaçadas pelo nó sustentam a manutenção do sistema capitalista” (Gonçalves, 2011, p. 120).

Nas palavras de Saffioti (1987, p. 60) “não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que “inventou” o patriarcado e o racismo”, contudo, “com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração, acima analisados separadamente. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas”, afinal, “na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo”. Acerca da relação do patriarcado e do racismo - ambos fenômenos histórico-sociais com consolidação anterior a emergência do modo de produção capitalista - a socióloga ainda reforça sobre a relação simbiótica, que se retroalimenta:

Qualquer que seja o tipo de discriminação que pese contra uma categoria social, serve para introduzir o fenômeno da diferenciação dentre os candidatos a empregos. Assim, a mão-de-obra em seu conjunto não é uniforme, é heterogênea. Esta heterogeneidade não diz respeito apenas ao grau de qualificação profissional das pessoas aptas para o trabalho. Estabelecem-se outras diferenças - como as de sexo e de raça - sobre as quais seus portadores não tem controle. Assim, é fácil pagar salários menores a um negro e a uma mulher. Mais fácil ainda será pagar salários ínfimos a uma mulher negra. Mal remunerada, esta mulher passará de duplamente discriminada para triplamente discriminada: mulher, negra e miserável. (Saffioti, 1987, p. 55)

Na perspectiva deste trabalho, a citação acima vai ao encontro da concepção consensuada no Serviço Social brasileiro acerca da “questão social”, a partir da compreensão marxiana da *lei geral de acumulação capitalista*, mas no sentido de que “convém notar que a referida simbiose não é harmônica, não é pacífica”, pois, “ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória. Se o patriarcado e o racismo contém elementos capazes de permitir a maximização dos lucros capitalistas, estes mesmos elementos contém o consumo das classes trabalhadoras dentro de limites bastante estreitos” (Saffioti, 1987, p. 62). A relação sócio-histórica entre patriarcado, racismo e capitalismo na particularidade do Brasil permite vislumbrar a divisão social do trabalho em suas determinações sexuais e raciais neste território, entendendo a conformação da classe trabalhadora e da *superpopulação relativa* brasileiras, que possui, obviamente, classe, mas, similarmente, gênero e raça/etnia determinados pelos processos de “dominação-exploração” aqui citados.

O reconhecimento das contribuições de Saffioti (1987) e o exercício da articulação



dialética entre as relações patriarcais de gênero, étnico/raciais e de classe não é, contudo, algo inédito e exclusivo ao presente trabalho. Há, no Serviço Social brasileiro, um intenso debate e agenda de pesquisa relacionados à compreensão de tais relações na conformação da “questão social”. O grupo temático de pesquisa “Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades” da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social aponta que “é a partir da apreensão das contradições presentes na gênese da formação sócio-histórica brasileira (...) que as formas de exploração, subordinação e opressão se impõem e determinam os lugares sociais, na imbricação entre as dimensões particular e universal” (ABEPSS, 2021, p. 295). Contudo, é necessário buscar a compreensão coletiva da categoria profissional acerca de que:

Duas décadas após a publicação da Revista *Temporalis* n. 3 (2001) e apesar dos avanços na produção de conhecimento acerca das relações étnico-raciais na área de Serviço Social, ainda persiste a visão dominante de que o racismo é uma expressão da questão social, o que favorece a invisibilidade da sua condição de determinação e, portanto, de traço constitutivo e elemento estrutural na realidade brasileira. Se “[...] na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a questão social é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual [...]” (NETTO, 2001, p. 41), deve-se considerar também incontornável e estruturante, na sua análise, a escravidão e o racismo como determinantes históricos que organizam as relações sociais no capitalismo, desde a sua origem. (...) em particular no Brasil, a constituição da questão social é mediada pelo colonialismo e pela transição do escravismo para um capitalismo dependente. Processo que tem o racismo estrutural como substrato e que colocaram as populações negras como segmento prioritário na condição de pauperismo no país. (ABEPSS, 2021, p. 299)

Por isso, Gonçalves (2018) afirma que a “*questão racial*” é o nó da “*questão social*”, pois, ao considerar a formação sócio-histórica brasileira “a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (Gonçalves, 2018, p. 515). Elpidio e Valdo (2022, p. 320) colaboram nesse debate quando afirmam que “a questão racial, vista como elemento estrutural, é parte do processo de da formação social e do desenvolvimento capitalismo dependente brasileiro, em sua particularidade, e compõem a dinâmica das relações sociais de produção e reprodução do capital”. É nessa perspectiva que Saffioti (1987) “em uma rigorosa análise, afirmou que o modo de produção capitalista potencializa a marginalização de certos setores da população do sistema produtivo”, e, ainda,

Os caracteres raciais e de sexo operam “como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (1969:30). Isto não significa que estes caracteres contêm em si mesmos a explicação da totalidade ou das determinações de um sistema. São subalternos. E, como tais, “operam segundo a necessidade e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade” (Saffioti, 1969:30). (Gonçalves, 2011, p. 125)

Souza (2021 e 2022) - ao explicar acerca dos *pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil* e da relação entre *racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil* - objetiva



desmistificar a realidade brasileira, a qual o conjunto da profissão se insere também como classe trabalhadora, e, pela primeira vez na história registrada da categoria com maioria feminina e negra (CFESS, 2022). A autora coloca que para além de explicações genéricas as determinações da “questão social” no Brasil tratam-se, especialmente, de sua conexão com os elementos histórico-estruturais que dizem respeito aos processos de dominação-exploração de um capitalismo dependente que fazem “emergir contradições suplementares à dinâmica geral da acumulação do capital” (Souza; Teles, 2021, p. 51). Nesse sentido, “a marginalização racializada passa a ser um mecanismo fundamental à extração da mais-valia e, por isso, é necessário entender o racismo estrutural como chave explicativa das contradições entre capital e trabalho no Brasil” (Souza; Teles, 2021, p. 51). Pois, “uma tendência nuclear do capitalismo dependente latino-americano é a exacerbação da lei geral da acumulação capitalista” (Souza, 2022, p. 34). Retomando a idéia do enovelamento das relações patriarcais de gênero, raça/etnia e classe de Saffioti (1987), Souza (2021) contribui nessa lógica quando afirma que “a mediação do racismo estrutural é fundamental, pois se constitui como um organizador necessário para as relações desiguais. (...) [que] naturaliza a brutalidade da sociedade burguesa como normalidade, sendo o fornecedor das justificativas ideológicas necessárias à subordinação da classe trabalhadora”, além disso, “o sexismo também é produto da reelaboração das relações patriarcais, sob o capitalismo (...) [e] constitui-se como engrenagem fundamental para a organização da desigualdade, fundada pela propriedade privada da terra e da superexploração da força de trabalho” dessa forma se revelam “as conexões histórico-estruturais da opressão e da dominação de raça e gênero/sexo” (Souza; Teles, 2021, p. 54). Em síntese, para a autora:

(...) entender a história do trabalho subordinado à lei do valor requer considerar sua divisão social, sexual e racial, a qual: por um lado, determina o potencial de extração de mais-valia; por outro lado, desdobra-se em contradições que se apresentam no cotidiano e no nível da aparência, como processos desvinculados da estrutura produtiva. Neste ínterim, as desigualdades são mistificadas e naturalizadas, o que expressa a complexidade do processo, em tela, e o próprio movimento das classes detentoras do poder econômico e político na elaboração dos seus mecanismos de dominação. (Souza; Teles, 2021, p. 57)

Cisne e Soares (2022, p. 338), ao analisarem *a questão social no Brasil contemporâneo* reforçam que “não podemos negar a existência das relações sociais de sexos nas relações de classe, tampouco, o contrário. No Brasil, a história das classes sociais é indissociável da colonização escravista e patriarcal” e complementam que “as relações sociais de sexo e raça se imbricam, dialeticamente, com a classe e conformam uma totalidade una e indivisível para compreensão da desigualdade social que estrutura a sociedade brasileira e os conflitos políticos que dela decorrem”. No que tange a conformação da “questão social” nesta particularidade, as autoras afirmam que esta “não pode ser entendida em sua profundidade e totalidade se desconsiderarmos as apropriações sobre mulheres e povos originários desde a colonização do Brasil, que estruturaram as raízes de um Estado patriarcal-racista-capitalista” (Cisne; Soares, 2022, p. 338). Exemplo de Saffioti



(1987, p. 46) neste sentido é o fato de que “dentre as famílias mais miseráveis cabe lembrar as chefiadas por mulheres, cujos salários são, em média, muito inferiores aos masculinos”. Já, em *questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo*, Costa e Rafael (2021) defendem que patriarcado e racismo são componentes estruturais do capitalismo no país, e, logo, da “questão social”, pois:

A análise histórico-econômica deste modo de produção, demonstra que tais desigualdades são estruturadas por relações de gênero/sexo e raça/etnia, ou seja, existem condições de vida e trabalho desiguais e hierárquicas quando consideramos homens e mulheres, brancos e negros. As relações sociais de gênero/sexo e raça/etnia, que invadem todas as dimensões dos sujeitos que as vivenciam, possuem uma origem material de existência, por mais que não se limite a mesma. No capitalismo, essa origem está relacionada ao processo de organização e divisão do trabalho que é social, sexual e racial. Ao organizarmos o acesso ao trabalho, que é a base material de existência de qualquer sociedade e modo de produção, utilizando de critérios como sexo/gênero e raça/etnia, produzimos sistemas de dominação-exploração que estruturam as relações sociais e econômicas. As consequências de uma divisão sexual e racial do trabalho é a produção de fenômenos como o patriarcado e o racismo. (Costa; Rafael, 2021, p. 90)

Por fim, Ferreira e Fagundes (2021), ao sintetizarem o exercício de *dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça*, corroboram ao entendimento da divisão social do trabalho em suas determinações sexuais e raciais indissociáveis para o entendimento da conformação da “questão social” no Brasil, de forma que:

(...) mulheres, pessoas não heteronormativas e racializadas, bem como a juventude (dadas as diferenças de maturidade e desenvolvimento já indicadas), ocupam as primeiras filas do exército industrial de reserva, configurando uma estratégia da diferença inscrita na lei do valor. É por meio da produção destas diferenças e suas formas alienantes que o capital busca naturalizar o fato de, apesar de toda a riqueza produzida, haver uma ameaça constante à reprodução de uma parcela sobranceira crescente da humanidade relativamente às necessidades da acumulação capitalistas. Por isso, mais do que nunca, enquanto o capital opera a diferença, separa e divide, a estratégia mais consequente de enfrentamento às mazelas advindas desta realidade consiste em integrá-las em uma perspectiva emancipatória unitária. Uma integração que não subordine uma à outra, mas as integre dialeticamente. (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 72)

Compartilhada a amostra da produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social brasileiro alinhada às contribuições de Saffioti (1987) acerca da relação simbiótica entre “patriarcado-racismo-capitalismo” na análise dos fundamentos da “questão social”, reforça-se sobre a necessidade de reconhecer o esforço das diferentes gerações do conjunto da categoria profissional, desde, ao menos, o movimento de reconceituação com a intenção de ruptura com o conservadorismo, no sentido de apontar a importância de seguir avançando nas análises do movimento do real. Se “Heleieth Saffioti dedicou sua vida a investigar e desmistificar as relações de exploração/dominação, revelando como o capitalismo, ao enovelar as hierarquias de gênero, raça/etnia e classe, consegue aumentar ainda mais seus lucros” (Motta 2022, s. p.), o Serviço Social brasileiro também tem se dedicado há décadas a compreender as relações sociais neste território, o que impõe “uma tarefa fundamental às novas gerações: para compreender as disputas e contradições do processo, reconhecer as conquistas históricas, bem como identificar os avanços necessários à ampliação e ao



fortalecimento desse projeto” (Souza; Teles, 2021, p. 45-6).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o presente trabalho tenha cumprido o objetivo de apontar a relação entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo na particularidade da formação sócio-histórica brasileira com a conformação da “questão social” a partir das contribuições de Saffioti (1987) e do conjunto da literatura profissional que exponencialmente vem se debruçando na compreensão dialética da relação entre gênero, raça/etnia e classe. Buscou-se resgatar e reconhecer o acúmulo de gerações anteriores que seguem ativas na colaboração crítica do aprofundamento do Projeto Ético-Político ao mesmo tempo em que coloca-se a necessidade das novas gerações darem continuidade a uma agenda de pesquisa que só ganha corpo e densidade se é tocada coletivamente. Se a trajetória de Saffioti (1987) reforça sobre a importância do alinhamento da pesquisa científica com as demandas da população de mulheres, negras e de gerações nos movimentos sociais da classe trabalhadora, a atual gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social lembra que a produção de conhecimento também é uma forma de expressar que “em luta: seguimos atentas e fortes”.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **A centralidade da questão social para o Serviço Social brasileiro.** In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996.

ABEPSS. **Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades.** In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.

CISNE, M.; SOARES, C. M. **Questão social no Brasil contemporâneo: contribuições do feminismo marxista e antirracista ao Serviço Social.** In: *Revista Libertas*, v. 22, n. 2. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.

COSTA, R. G. D.; RAFAEL, J. C. **Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo.** In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

ELPÍDIO, M. H.; VALDO, J. P. S. **O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional.** In: *Revista Libertas*, v. 22. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.



FERREIRA, C. C. C.; FAGUNDES, G. **Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça.** In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

GONÇALVES, R. **O feminismo marxista de Heleieth Saffioti.** In: *Revista Lutas Sociais*, n. 27. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

GONÇALVES, R. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** In: *Revista Katálysis*, v. 21, n. 3. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo.** In: *Revista Temporalis*, n. 3, p. 09 a 32. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. D. **Parte I, proposta de interpretação histórico-metodológica.** In: *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, p. 33 a 130. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IANNI, O. **A questão social.** In: *Revista USP*, v. 3. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

LOVATTO, A. **Desvendando O poder do macho: um encontro com Heleieth Saffioti.** In: *Revista Lutas Sociais*, n. 27. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MOTTA, D. **Heleieth Saffioti.** In: *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 7, n. 3. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: *Revista Temporalis*, n. 3, p. 41 a 49. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez Editora, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SOUZA, C. L. S.; TELES, H. **Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil.** In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

SOUZA, C. L. S. **Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil.** In: *Revista Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 14, n. 2. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022.